



ENTENDIMENTOS No Plenário, governistas e opositores negociam procedimentos para votar a Previdência. Na CCJ, o relatório de Jucá recebe críticas da oposição, mas é aprovado

REFORMAS AVANÇAM

1 Proposta tributária é aprovada em comissão

O relatório do senador Romero Jucá sobre a reforma tributária foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O presidente da comissão, senador Edison Lobão, marcou para a próxima quarta-feira o exame dos destaques e emendas. O PSDB e o PFL apresentaram votos em separado com propostas alternativas para mudanças no sistema de

2 Entendimento acaba com obstrução da Previdência

impostos do país. No Plenário, os partidos opositores suspenderam a obstrução da reforma da Previdência, depois de firmar acordo com as lideranças da base de apoio ao governo. A negociação, realizada ontem à tarde, envolve prazos e procedimentos até o dia 12 de novembro, quando a reforma previdenciária deverá retornar ao exame da Comissão de Justiça.

Páginas 3 a 6

Violência contra a mulher deverá ser notificada

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatória a notificação dos casos de violência contra mulheres que tenham sido atendidas em serviço de saúde público ou privado.

Página 7



Fotos: Célio Azevedo

AVANÇO
Ana Júlia apresentou parecer favorável ao projeto acolhido pela CAS (foto à esquerda)



Sérgio Guerra quer mais debate sobre Orçamento

Sérgio Guerra propôs alterações na dinâmica da Comissão Mista de Orçamento. O objetivo é ampliar o debate sobre o projeto orçamentário.

Página 8



Ana Júlia elogia ações para a reforma agrária

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou as iniciativas do governo federal no Pará, para promover a reforma agrária, que, na avaliação dela, podem retirar do estado os "títulos de campeão do trabalho escravo e de mortes no campo". Ela relatou visita, ao estado, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, do presidente do Instituto



Iniciativa melhora situação no Pará, afirma Ana Júlia

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, e do diretor do BNDES, Márcio Henrique, para liberar verbas destinadas à reforma agrária no Pará.

Segundo a senadora, já foram liberados quase R\$ 50 milhões este ano, atendendo a 1.823 famílias de agricultores. A meta prevista para o ano inteiro é assentar 5.270 famílias, que já estão com seus cadastros aprovados pelo Incra.

Ana Júlia lembrou que a questão agrária no Pará já provocou 103 mortes, em 12 chacinas, somente entre junho de 1995 e julho de 2001. Em 2002, houve 18 homicídios relacionados a conflitos rurais.

A senadora disse que o governo realiza um trabalho de moralização da reforma agrária, especificamente no sul do Pará, onde a Superintendência Regional do Incra já conseguiu recuperar 1.728 lotes que estavam em mãos de não-clientes do programa, tendo sido adquiridos ilegalmente.

Agenda



Plenário deve votar MP que tranca a pauta

A sessão de hoje, marcada para as 10h, tem como prioridade a análise da medida provisória que tranca a pauta de votações. A matéria (MP nº 128/03) trata do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA). Deverá ser votado ainda requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que pede a tramitação em conjunto da chamada proposta de emenda à Constituição paralela (PEC 77/03) à da reforma da Previdência (PEC 67/03). Depois disso, o Plenário deve realizar a primeira sessão de discussão da proposta de reforma previdenciária.

Paim discute mecanismo para a igualdade racial

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, recebe hoje, às 9h, o presidente da Fundação Cultural Palmares para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Às 9h30, Paim participa da abertura do 1º Encontro Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial e, às 12h, da cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.



Frente Parlamentar em Defesa da Cultura será lançada hoje

Será realizado hoje o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, uma iniciativa do senador Aloizio Mercadante

(PT-SP). A cerimônia, às 12h no Salão Negro do Congresso Nacional, terá a presença do ministro da Cultura, Gilberto Gil,

das atrizes Lucélia Santos e Patrícia Pillar, do cartunista Ziraldo e da produtora Paula Lavigne, entre outros.

Comissão examina acordo entre Brasil e Uruguai



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 9h30, para votar proposta que aprova acordo entre os governos brasileiro e uruguaio, permitindo a residência, o estudo e o trabalho de cidadãos fronteiriços (PDL nº 663/03). Será examinado ainda projeto que permite concessão de visto a estrangeiros com documento emitido por governos não reconhecidos pelo Brasil (PLS nº 3/02).

Sessão solene em homenagem ao Papa

Às 18h, será realizada sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, para homenagear o jubileu de prata do pontificado do papa João Paulo II, celebrado no dia 16. O requerimento propondo a comemoração do jubileu é de autoria do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).



Reunião da CPI do Banestado

A reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, prevista para ontem, foi transferida para hoje, às 14h. A CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi criada para investigar denúncias de irregularidades no envio de divisas.

Estatuto do Idoso em debate

O Interlegis promove amanhã, das 10h às 12h, debate sobre o Estatuto do Idoso com as 26 assembleias legislativas estaduais e do Distrito Federal, por meio de videoconferência. O evento conta com a participação do autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), e do relator do projeto na Câmara, deputado Silas Brasileiro.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Suassuna apóia a compra de aviões russos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou a proposta apresentada pela Rússia, para fornecimento dos 16 aviões-caça supersônicos de que a Aeronáutica precisa, como a melhor que o Brasil recebeu até agora. Segundo ele, o Sukhoi 35 é um avião mais avançado que os caças franceses ou norte-americanos.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

– Além disso, o pacote custa R\$ 700 milhões, ou seja, R\$ 50 milhões mais barato do que as demais opções – disse.

De acordo com Suassuna, a compra deverá ser feita no primeiro semestre de 2004, para que o governo possa consertar injustiças feitas para com a Aeronáutica, cujo trabalho de patrulhar um país continental como o Brasil é fundamental.

– Não podemos perder essa oportunidade de dominar a avançada tecnologia aeronáutica – afirmou Suassuna.

Projeto de Valadares prevê o veto popular

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu apoio à proposta de emenda constitucional de sua autoria que institui o direito de revogação individual e coletivo de mandatos e também o veto popular. A PEC (nº 80/2003) abre a possibilidade para a criação de um instrumento que possibilite à população revogar mandatos de parlamentares ou de membros do Executivo, além de vetar leis aprovadas pelas casas legislativas.



Valadares propõe mecanismo para revogar mandato

Sobre a instituição do veto, Valadares explicou que o mecanismo possibilitaria ao povo manifestar-se contra lei elaborada por órgãos competentes e em vias de ser colocada em vigor. A PEC será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS

Proposta de Romero Jucá recebe aval da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde também foram lidos os relatórios do PFL e do PSDB sobre mudanças no sistema tributário nacional



MUDANÇA Romero Jucá (à direita, ao lado de Edison Lobão) apresentou adendo à proposta inicial

Comissão aprova relatório de Jucá sobre tributária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a reforma tributária, com os votos contrários dos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), César Borges (PFL-BA), José Jorge (PFL-PE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), marcou para a próxima quarta-feira a votação dos destaques e emendas.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o Senado, por enquanto, estabeleceu um "excelente patamar" sobre a reforma, cabendo agora apenas alguns aprimoramentos, como a desoneração da área da cultura.

– Mas não podemos ser ro-

mânticos, porque nenhum governo responsável pode abdicar da carga tributária, aceitar redução da receita, com tanta incerteza macroeconômica. O correto é mesmo vincular a redução da carga tributária ao desempenho macroeconômico do país, e isso estamos fazendo – assinalou.

Na sessão de ontem, foram lidos os relatórios do PFL – pelo senador Rodolpho Tourinho, que propõe a fixação, na Constituição, do limite de 35% do Produto Interno Bruto (PIB) para a carga tributária do país – e do PSDB – pelo senador Tasso Jereissati, que propõe, em etapas, a criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), com a fusão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS) até 2007.

Serys Slhessarenko (PT-MT) votou a favor do relatório de Jucá, mas advertiu que a reforma prejudica de forma devastadora a Região Centro-Oeste, e que por isso está apresentando 30 emendas. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou os relatórios do PSDB e do PFL por incluírem em seus relatórios recursos para um programa de renda mínima. E Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que é injusto o apelido de "Jucá Silvério dos Reis", atribuído por jornais do Rio de Janeiro ao relator da reforma. Para Crivella, Romero Jucá "não está sendo um traidor da pátria; ao contrário, fez um excelente trabalho e incluiu entre os beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Regional quatro municípios pobres do noroeste do estado do Rio".

Relator acolhe sugestões de senadores

Romero Jucá apresentou ontem um adendo ao seu relatório inicial sobre a reforma tributária, em que analisou emendas apresentadas desde a última reunião da CCJ.

O relator considerou "ousada" a proposta do PSDB apresentada por Tasso Jereissati, mas observou que muitas das mudanças sugeridas podem causar instabilidades.

No entanto, registrou que o substitutivo de Jereissati foi acolhido em parte, assim como

algumas das propostas feitas pelo PFL.

A Aelton Freitas (PL-MG), Jucá informou que acatou sua emenda que inclui o material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal na lista dos itens tributados com a menor alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Também acolheu, entre outras, emenda de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) que garante a me-

nor alíquota do ICMS, mesmo em operações interestaduais, para o material básico de construção civil, o consumo de energia elétrica residencial e rural até 100 kWh mensais e a assinatura básica de telefonia residencial e comercial de pequenas e microempresas.

Romero Jucá acolheu a proposta do presidente da CCJ, Edison Lobão, que prevê incentivos para a produção e conhecimento de bens e valores culturais.

Jereissati quer fundir tributos e criar o IVA

A modernização do sistema tributário nacional, por meio da fusão de tributos e da criação de um Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), é uma das sugestões contidas no voto em separado à proposta de reforma tributária apresentado ontem à CCJ pelo senador Tasso Jereissati. O texto foi divulgado como alternativa do PSDB ao parecer do relator da matéria, Romero Jucá, cuja íntegra se encontra disponível no site do senador na Internet.

Jereissati sugeriu a implantação da reforma tributária em três etapas: um ajuste fiscal imediato, com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação das Receitas da União (DRU); uma fase de transição para implantação,

O sistema atual desestimula a produção e prejudica a integração

fiscal. Assim, ele propôs que sejam mantidos pontos da PEC aprovada pela Câmara, com a finalidade de que parte do texto possa ser promulgada ainda neste ano.

Além da prorrogação da CPMF e da DRU, Jereissati sugeriu a manutenção do tratamento especial às micro e pequenas empresas, a desoneração do ICMS sobre as exportações, a redução do IPI, a integração das ações das administrações tributárias e a proposta de que o Senado avalie periodicamente o desempenho da arrecadação.

No que diz respeito às alterações que beneficiam os estados, o senador concorda com a constituição de um fundo federal de compensação às exportações (como nos moldes da Lei Kandir), a partilha da Cide com estados e municípios e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional. Ele criticou o estágio atual de discussão da reforma.

– Esta não é uma reforma. É apenas um arremedo, que busca resolver problemas de caixa dos entes federados. O sistema de impostos atual desestimula a produção, não promove justiça social nem a geração de empregos, prejudicando ainda a integração nacional.

Jereissati ainda observou que, entre 1971 e 2002, houve grande aumento da carga tributária com a concentração de recursos, principalmente nos últimos anos, nas mãos da União, levando à crise na gestão de estados e municípios.



CRÍTICA Tasso Jereissati afirma que proposta do governo "é arremedo de reforma, que busca resolver problemas de caixa"

REFORMAS

Na reunião da Comissão de Justiça, PFL apresenta alternativa para a mudança tributária. Líder do governo aponta benefício para os pobres na proposta oficial, mas líder do PSDB prevê aumento da carga tributária

PFL propõe limite para cobrança dos impostos

A proposta do PFL para a reforma tributária, formalizada no voto em separado apresentado à CCJ pelo senador Rodolpho Tourinho (BA), prevê a fixação de um limite máximo de 35% do Produto Interno Bruto (PIB) para o peso dos tributos.

Para tanto, Tourinho propôs a exclusão dos dispositivos da reforma que, a seu ver, implicam novas fontes de receita tributária. Citou, entre eles, a incidência de impostos de importação e de exportação sobre serviços e a cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre embarcações e aeronaves.

O senador disse que o parecer elaborado por Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado ontem pela CCJ, também propicia aumento da carga tributária. Tourinho ressaltou que, para o PFL, é fundamental que seja inserida no texto constitucional a correção anual da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Ele defendeu que os estados voltem a tributar a totalidade das exportações, sendo os contribuintes ressarcidos, pela União, do mesmo valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhido nessas operações.

O senador afirmou ainda que o PFL pretende assegurar a não cumulatividade das contribuições a todos os setores da economia. Outra sugestão é a de desoneração integral de todos os tributos incidentes sobre as

operações com bens de capital.

De acordo com a proposta do PFL, os gêneros alimentícios de primeira necessidade e os medicamentos de uso humano devem ser desonerados não só de ICMS mas também de tributos federais.

Em relação à redução das desigualdades regionais, apoiou apenas a mudança feita pelo relator sobre os benefícios concedidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sem prazo certo. O texto propõe ainda uma diferença entre as alíquotas interestaduais praticadas pelas regiões Sul e Sudeste em relação ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tourinho defendeu uma política de desenvolvimento que tenha as seguintes linhas básicas: garantia de crescentes recursos orçamentários para infra-estrutura, incentivos fiscais com impostos federais por determinado tipo de produto por região, vinculados ao cumprimento de metas pelas empresas, e financiamentos com juros e prazos diferenciados e com finalidade de incentivar a produção.

O texto do PFL é favorável à extinção efetiva da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em seu lugar, seria criada uma retenção incidente sobre transações financeiras, "operacionalmente equivalente", mas que iria funcionar como um mecanismo de arrecadação antecipada do Imposto de Renda.

Fotos: José Cruz



PONTO DE VISTA Aloizio Mercadante (E) e Arthur Virgílio (D) divergem sobre proposta de reforma

Sugestões e críticas marcam debate na CCJ

Depois da leitura dos votos em separado do PFL, pelo senador Rodolpho Tourinho (BA), e do PSDB, pelo senador Tasso Jereissati (CE), o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), iniciou ontem as discussões dessas propostas da oposição e do relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a proposta de emenda à Constituição da reforma tributária (PEC nº 74/2003).

Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que o governo só quer aumentar impostos. Para ele, é preciso um debate sobre o pacto federativo, com a definição das competências de cada ente federado para que, depois, haja a distribuição de impostos. Ele reconheceu que o relator da reforma avançou no que diz respeito à redução da carga tributária do setor agrícola, mas ponderou que o momento atual não é o ideal para se fazer uma reforma tributária e acu-

sou a proposta em tramitação no Senado de promover aumento dos impostos.

Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu que Jucá reconsidere sua posição acerca da cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) para embarcações e aeronaves. Já Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou por uma solução para a situação dos municípios e para que trate da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o petróleo.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o relatório de Jucá à reforma trará aumento de carga tributária. Ele elogiou a proposta apresentada por Jereissati por apontar para um sistema tributário moderno, o que seria importante para atrair investidores externos. Arthur Virgílio defendeu ainda mecanismos de estímulo ao desenvolvimento do Amazonas.

Ao comentar críticas de Mer-

cadante ao governo Fernando Henrique, o líder do PSDB recomendou ao líder do governo que volte a adotar uma posição conciliadora.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o fato de o percentual da carga tributária nacional sobre o Produto Interno Bruto (PIB) ter crescido de 13,8%, em 1947, para cerca de 36% este ano.

– O que a sociedade quer saber neste momento é se os impostos vão incidir nos salários e na produção, em escala progressiva, como aconteceu no governo passado – observou.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), espera que o Senado encontre fórmulas capazes de reduzir as desigualdades regionais. Ele disse que o PMDB não vai permitir que o Rio de Janeiro seja punido na reforma e condenou as altas taxas de juros do cheque especial, que chamou de extorsivas, defendendo a adoção de medida legislativa que limite os juros.

Mercadante: queremos desonerar os pobres

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a proposta em tramitação, que, a seu ver, desonera a agricultura, os medicamentos e a energia elétrica para consumidores de baixa renda, reduzindo impostos para os mais pobres.

– Queremos desonerar os pobres e compensar com a cobrança daqueles que têm renda e riqueza, daí a resistência do PFL à proposta – disse, criticando a proposta do PFL apresentada por Tourinho por não avançar na tributação progressiva.

Ele registrou que 2003 é o pri-

meiro ano em que não há aumento da carga tributária, que cresceu ao ritmo anual de pelo menos 1% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo Fernando Henrique Cardoso, informou, aumentou a arrecadação em R\$ 120 bilhões.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a conjuntura recessiva do país não é o momento adequado para uma reforma tributária profunda, já que os entes federativos não estão em condições de perder nada de receita. Uma reforma, segundo Jefferson, teria de ir na linha da redução da carga tributária e do número de tri-

butos.

Para o senador, o governo poderia ter mandado ao Congresso uma proposta de reforma tributária profunda, para ser discutida em dois ou três anos, e ter proposto o que é emergencial – a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Jefferson disse temer a perda de autonomia dos estados com a mudança nas regras do ICMS. O fim da guerra fiscal, explicou, faz com que os estados não tenham mais como conceder benefícios fiscais.



IDÉIAS Rodolpho Tourinho (C) propõe exclusão dos dispositivos que, segundo ele, implicam novas fontes de receita tributária

REFORMAS

Comissão de Educação e Subcomissão de Cinema querem garantir incentivos fiscais permanentes para o setor cultural. Mão Santa e Heloísa Helena criticam emenda paralela à reforma da Previdência

Principais pontos do relatório apresentado por Romero Jucá

O relatório do senador Romero Jucá, aprovado ontem, tem como pontos principais:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

- O relator manteve decisão de implantar cinco alíquotas nacionais unificadas em uma só legislação, em vez das atuais 44 alíquotas definidas em 27 legislações diferentes (uma para cada estado). Na prática, fica extinta a guerra fiscal, pois os governadores perdem o poder de legislar em matéria tributária. O Senado irá fixar, por resolução, as novas alíquotas.
- Fica estabelecido que em 2007 o governo e o Congresso irão estabelecer se o ICMS será cobrado no estado produtor ou no estado consumidor, e se haverá a separação entre ICMS e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ou o fim de ambos e o estabelecimento de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Fundo de Desenvolvimento Regional

- Mantém o fundo conforme foi aprovado pela Câmara (R\$ 2 bilhões, retirados da arrecadação bruta do IPI e do Imposto de Renda), mas adiciona um percentual do Orçamento Geral da União, da rubrica de investimentos, a ser definido por lei complementar, para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- Os R\$ 2 bilhões originais serão repassados aos bancos para financiamento de empresas interessadas em investir no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, no Espírito Santo, no norte de Minas Gerais e no noroeste do Rio de Janeiro. O relator não atendeu pedido dos governadores, que querem repasse direto da verba aos próprios governos.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)

- Mantém o que foi aprovado na Câmara dos Deputados, ou seja, 25% da arrecadação da Cide serão repassados aos estados, que por sua vez repassarão 25% do que lhes couber aos seus municípios, mas apenas depois que lei complementar estabelecer os critérios para distribuição.

Incentivos fiscais

- Ficam mantidos por 11 anos os incentivos concedidos pelos estados até o dia 30 de abril de 2003. Os incentivos concedidos entre essa data e o dia 30 de setembro de 2003 serão examinados caso a caso pelo Senado.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

- Fica prorrogada até dezembro de 2007 com a alíquota atual

(0,38%). O relator também prorrogou até 2007 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo utilizar parte dos recursos da saúde e da educação, e agora também da Cide, em outras finalidades. Foi rejeitada a desvinculação de receitas dos estados, que assim continuam obrigados a aplicar em saúde e educação o que a Constituição estabelece.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

- Fica instituída a cobrança da Cofins sobre os produtos importados com equivalentes fabricados no Brasil e sobre os quais também incide a contribuição.



Energia elétrica

- O relator incluiu a isenção do ICMS para energia elétrica em residências com baixo consumo, beneficiando famílias carentes. E manteve a desoneração das operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade e medicamentos de uso humano, já aprovadas na Câmara.

Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

- O relator retirou o imposto sobre veículos aquáticos e aéreos, mas deixou margem para que seja cobrado sobre jatinhos particulares e iates de luxo.

Fundo de Compensação das Exportações

- O relator manteve o texto que veio da Câmara, criando fundo para beneficiar os estados exportadores que têm perdas com a Lei Kandir. O fundo deverá ser regulamentado em lei complementar a ser enviada ao Congresso no prazo de 90 dias após a promulgação da emenda.

Pequeno produtor rural

- O pequeno produtor rural, que tem propriedade de padrão unifamiliar, terá o mesmo tratamento da microempresa, ou seja, poderá valer-se do Simples Nacional, um mecanismo facilitador do pagamento de tributos.

Incentivos culturais e esportivos

- Mantém por 11 anos os atuais incentivos para atividades culturais e esportivas, ampliando o prazo da Câmara, que era de apenas três anos a mais.

Áreas verdes

- Não será cobrado imposto territorial rural de áreas de preservação e interesse ecológico.



PROPOSTAS Comissão de Educação e Subcomissão de Cinema aprovam emendas à reforma tributária

Senadores querem manter incentivo fiscal para cultura

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática aprovaram ontem, por unanimidade, emenda a ser apresentada à proposta de reforma tributária que garante a manutenção, em caráter permanente, dos incentivos fiscais para a cultura.

Segundo o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), os incentivos concedidos pelas leis Sarney e Rouanet são responsáveis por cerca de 40% do dinheiro que hoje financia a

cultura no país. Para ele, com a retirada dos recursos, "a cultura poderia entrar em colapso".

O senador João Capiberibe (PSB-AP), apesar de reconhecer que a manutenção dos incentivos fiscais é de vital importância para o setor, propôs a criação de um Fundo de Cultura, formado pela União, estados e municípios, com o objetivo de garantir recursos constitucionais permanentes.

Roberto Saturnino (PT-RJ), relator das emendas, considerou a proposta de Capiberibe

viável, mas entende que ela deve ser um complemento às leis que já concedem incentivos fiscais à cultura.

Osmar Dias, ao final da reunião, conclamou a todos a se empenharem na defesa das propostas que serão apresentadas à reforma tributária. Flávio Arns (PT-PR) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) concordaram com a sugestão, e Eurípedes Camargo (PT-DF) reconheceu a importância das emendas e alertou para a adequação à disponibilidade de recursos.

Mão Santa: governo quer tirar visão do Congresso

Em discurso pronunciado ontem em Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou de "uma palhaçada" a tentativa da base do governo de votar uma emenda paralela à reforma da Previdência. E alertou o PMDB para que não caia na tentação de votar com o governo, em troca de vagas no Ministério, levando prejuízo a aposentados e pensionistas.

Mão Santa chegou a comparar a emenda paralela às viseiras usadas por burros de carga, numa referência ao fato de que esse utensílio é composto de duas abas paralelas que impedem o animal de olhar para os lados. Ou seja, o governo estaria tentando obstruir a visão do Congresso, na opinião do senador piauiense, que recebeu o apoio de Ramez Tebet (PMDB-MS), Papaléo Paes (PMDB-AP), Almeida Lima (PDT-SE) e Efraim Moraes (PFL-PB).

– Antes de assaltar os aposentados e as viúvas, o governo deveria melhorar o sistema de cobrança da Previdência – afirmou o senador, que já dirigiu o instituto de previdência em seu estado e observou que a dívida das empresas com o sistema é de R\$ 170 bilhões.



Para Mão Santa, PMDB não deve votar a emenda

PEC paralela é "farsa política", afirma Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 77/03, a chamada PEC paralela, de "farsa política". Segundo ela, aposentados, viúvas, deficientes, pensionistas, funcionários públicos e trabalhadores do setor privado estão sendo levados a acreditar que a proposta é a solução dos seus problemas.

– Como dizia o ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, mentira repetida muitas vezes vira verdade – afirmou.

Heloísa assinalou que a PEC paralela sujeita todas as decisões sobre aposentadorias especiais, isenção e questões, como a paridade e a integralidade, a uma possibilidade de lei futura, a ser criada no próximo ano. "Isso é compactuar com uma farsa política. Uma lei que terá de ser aprovada pela Câmara e depois vir para o Senado. E tudo isso num ano eleitoral", frisou.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que Heloísa Helena "representa a voz ativa da mulher brasileira, que tem coragem de defender causas justas". O senador Efraim Moraes (PFL-PB) também manifestou seu apoio à parlamentar.



Heloísa lembra que mentira repetida vira verdade

REFORMAS Negociação entre líderes partidários prevê que proposta estará na CCJ em 12 de novembro

Sem obstrução, Plenário vai discutir Previdência

A reforma da Previdência estará novamente em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 12 de novembro, já com as dezenas de emendas apresentadas pelos senadores durante a discussão da matéria em primeiro turno, no Plenário. Isso será possível graças a acordo firmado ontem entre as lideranças da base de apoio ao governo e dos partidos de oposição. Com isso, os opositoristas decidiram suspender a obstrução.

O acordo só ocorreu por volta das 16h30, depois de várias reuniões informais, em Plenário, entre os líderes partidários. A negociação abrange apenas prazos e procedimentos até o dia 12 de novembro e não envolve qualquer mudança de conteúdo na reforma previdenciária. Na véspera, terça-feira, a oposição havia infligido uma derrota ao governo, ao

obstruir a votação.

– Quando obstruímos, estamos tentando levar o governo à negociação da reforma da Previdência. Se hoje o governo tivesse tentado usar a política do rolo compressor para votar a medida provisória, no dia seguinte haveria uma política de terra arrasada. Obstrução total das oposições – afirmou em entrevista o líder do PFL, José Agripino (RN).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que “prevaleceu o bom senso”, sustentando que a obstrução é um mecanismo “respeitável e democrático”. Acrescentou que a reforma da Previdência não tem que ser votada com rapidez, ao contrário da reforma tributária, pois esta prevê a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) antes de 31 de dezembro.

Pelo acordo, as oposições encerram sua obstrução e votam, já hoje, a medida provisória e o requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO). Esse requerimento, motivo da obstrução de terça-feira, pede a tramitação conjunta da reforma da Previdência e da emenda paralela da Previdência – a emenda contém as mudanças que o governo aceitou fazer até agora, no Senado, na reforma previdenciária. A oposição discorda da emenda paralela.

Após a votação da MP nº 128 e do requerimento, ocorrerá hoje o primeiro dia de discussão da reforma da Previdência em Plenário, em primeiro turno. Pelo cronograma acertado, o último dia da reforma em Plenário será 11 de novembro. No dia seguinte, ela estará na CCJ, para votação das emendas de Plenário. Ontem, já passava de 150 o número de emendas.



INTEGRAÇÃO Maciel e Bornhausen debatem com José María Aznar a ampliação das relações entre Brasil e Espanha

Marco Maciel e Bornhausen encontram premiê espanhol

Os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) reuniram-se ontem com o primeiro-ministro da Espanha, José María Aznar, que está em visita oficial ao Brasil com o objetivo de ampliar as relações entre os dois países.

Maciel destacou que a Espanha é hoje a décima economia do mundo, com um PIB estimado em 742,5 bilhões de euros (cerca de 50% superior ao brasileiro) e, ao longo dos últimos anos, vem concentrando esforços na formação de uma comunidade ibero-americana institucionalizada e ativa no cenário internacional.

Outro tema tratado foi uma

maior aproximação entre o Partido Popular, de Aznar, e o PFL. Aznar é presidente da Internacional Democrata de Centro, que tem o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, como vice-presidente.

O Brasil tem sido importante destino para os investimentos diretos de empresas espanholas. Os investimentos espanhóis atingem US\$ 15,9 bilhões, o que corresponde a 10,6% do total investido no país e está apenas um ponto abaixo dos US\$ 17,6 bilhões da Holanda (11,2%), segunda colocada na lista. Os líderes ainda são os Estados Unidos, que investem US\$ 33 bilhões (22% do total).

Meirelles prevê crescimento de 3% em 2004

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, previu um crescimento da economia brasileira em torno de 3% em 2004. As medidas adotadas pelo atual governo para combater a inflação e atrair investimentos externos teriam assumido um peso fundamental na construção desse prognóstico, conforme assinalou, além de influenciar na queda do risco Brasil, indicador que estima o grau de confiança depositada pelos investidores estrangeiros no país, e que se situa, hoje, em 600 pontos.

– Nossa meta é uma continuada estabilização da economia brasileira e uma continuada melhora dos índices de *rating* que são aplicados ao país, seja por agências, investidores ou órgãos oficiais – afirmou Meirelles, segundo a Agência Câmara. Na ocasião, o presidente do Banco Central também observou que a redução da volatilidade cambial é essencial para ampliar o volume de exportações e a captação de investimentos estrangeiros.



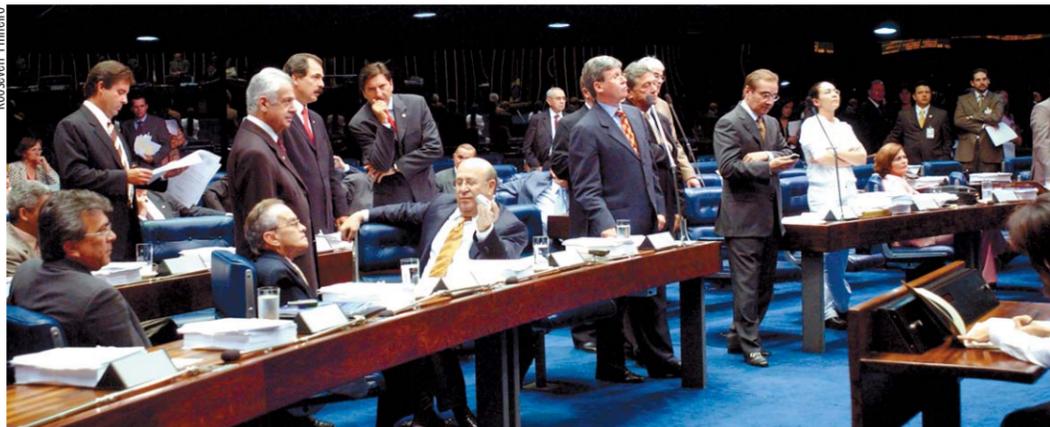
MISSÃO João Capiberibe visitou militantes do MST presos no Pontal do Paranapanema

Capiberibe denuncia apartheid

Após cumprir missão do Senado, na semana passada, visitando os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estão presos na região do Pontal do Paranapanema (SP), o senador João Capiberibe (PSB-AP) denunciou ontem o *apartheid* social e econômico no Brasil.

– Trata-se de presos por idéias, por defenderem o fundamental para reduzirmos essa tragédia da sociedade brasileira, a concentração de renda.

O senador explicou que, junto com Heloísa Helena (PT-AL) e Mesquita Júnior (PSB-AC), percorreu a região e pôde ver terras degradadas, “sem uma árvore para o boi descansar”.



AVANÇO Acordo entre líderes só ocorreu depois de muitas reuniões informais em Plenário

Senado deve votar emenda provisória hoje

O Plenário do Senado deverá começar a discutir hoje a proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência. Isso será possível se for votada a medida provisória que institui o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas, que obstruiu a pauta.

A sessão plenária de hoje começará às 10h, e a MP será obrigatoriamente votada às 11h30. O rigor dos horários é para que seja votado também hoje, logo após a desobstrução da pauta, o requerimento do senador Demostenes Torres

que pede o apensamento (tramitação em conjunto) da chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela à PEC da reforma da Previdência. Tudo isso é resultado do acordo de todos os líderes, governistas e de oposição, para que a reforma da Previdência chegue à CCJ no dia 12.

Os líderes do PFL, José Agripino Maia (RN), e da Minoria, Efraim Morais (PFL-PB), elogiaram a mudança de postura dos líderes governistas, mas avisaram que não podem abrir mão da votação nominal

do requerimento de Demostenes Torres. O horário da sessão de hoje sofreu vários ajustes durante os debates da ordem do dia, porque, entre outras coisas, o PFL tem uma reunião de sua Executiva Nacional para comemorar o primeiro ano do partido na oposição.

O presidente da sessão de ontem, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), apelou aos senadores para que compareçam em massa, já que há um compromisso com o calendário firmado por todos os líderes partidários.



Waldemar Rodrigues

OBJETIVOS Política indigenista deve ir além da demarcação, conforme Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo quer autonomia para os índios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reivindicou uma política indigenista que não se limite à demarcação de terras e dê autonomia econômica e financeira aos índios. Segundo disse, é imprescindível respeitar os povos indígenas para que eles próprios busquem sua autonomia.

Mozarildo afirmou que boa parte das crianças yanomamis está desnutrida, apesar dos convênios que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assina com organizações não-governamentais (ONGs) para o atendimento àqueles índios.

– Se os yanomamis vivem livremente em terras demarcadas e sua saúde recebe verbas governamentais, há algo errado com essa política indigenista, que não consegue garantir bem-estar às crianças.

Para Mozarildo Cavalcanti, apenas 30% dos problemas indígenas estão nas mãos da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os demais estão repartidos entre o Ministério da Educação, Funasa, missões religiosas, ONGs e governos estaduais. Segundo ele, essa diversidade de orientações está na contramão de uma política indigenista que trabalhe pela autonomia indígena.

Ele citou palavras do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, conclamando governo e sociedade a lutarem pela autonomia cultural e política dos 320 mil índios brasileiros e afirmando que o objetivo somente poderá ser conseguido se essas comunidades forem econômica e financeiramente autônomas.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) considerou relevante o respeito às diferenças étnicas e culturais dos povos indígenas. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que é preciso que as autoridades ajam antes que os conflitos com índios ocorram.

Papaléo apóia quarto ano no ensino médio

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apoiou ontem proposta do Ministério da Educação (MEC) de ampliar para quatro anos o período de permanência do aluno no ensino médio.

– Segundo o ministério, a proposta deverá ser adotada a partir de 2007. Embora de caráter facultativo aos estudantes, as escolas ficarão obrigadas a oferecer-lhes a oportunidade de cursar o quarto ano. Isso visa facilitar a preparação escolar do aluno da escola pública,

de cujo reforço em sua formação colegial depende seu sucesso no vestibular.

Papaléo Paes explicou que, pelo projeto, o quarto ano funcionará como um cursinho pré-vestibular para alunos carentes. Estão previstas três modalidades de cursos: para os que têm interesse em ingressar no ensino superior; para aqueles que optarem pelo curso técnico; e para os que desejam, ou precisam, entrar logo no mercado de trabalho. Conforme o senador, a

proposta é uma saída para o problema do desemprego entre os jovens.

O senador informou que o projeto, de autoria de Antonio Ibañez, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e atual secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC, visa fornecer formação mais completa ao aluno, seguindo de perto o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases, que determinou uma carga horária mínima, e não máxima, de 3.200 horas.

Roosevelt Pinheiro



BENEFÍCIO Papaléo Paes considera que proposta vai favorecer os alunos carentes

Notificação de violência contra a mulher pode se tornar obrigatória

■ Seriam comunicados os casos em que houver atendimento em serviço de saúde público ou privado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra mulheres que tenham sido atendidas em serviço de saúde público ou privado. A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), destacou a importância social da matéria (PLC nº 8/02).

Conforme a senadora, a notificação será sigilosa e a identificação da vítima só ocorrerá em caso de risco à comunidade ou à própria vítima. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) ressaltou que a aprovação de-



Célio Azevedo

AVANÇO Ana Júlia, relatora do projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, destaca a importância social da proposta

volverá às mulheres “a cidadania que representa a garantia de saúde e segurança”.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) informou que há estatísticas indicando que 40% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência. A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elo-

giou a aprovação da matéria e garantiu que fará o possível para agilizar sua tramitação.

A CAS aprovou também parecer do senador Augusto Botelho (PDT-RR) favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC nº 97/01) que cria programa voluntário de vacinação, autorizando empresas a vacinarem

seus empregados. A adesão ao plano é facultativa.

Foi acolhido ainda, em turno suplementar, substitutivo do senador José Agripino (PFL-RN), com emenda, apresentado ao projeto (PL nº 179/02) do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta o exercício da profissão de *sommelier* (provedor de vinhos).

Reforma sindical

A CAS decidiu realizar audiência sobre a reforma sindical com os presidentes das centrais sindicais. O autor do requerimento, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), disse que a intenção é debater a reforma antes que a matéria chegue à comissão, de forma que os senadores tenham informações para poder apresentar emendas. Sibá Machado (PT-AC) destacou que é primordial debater novos modelos para o movimento sindical.

Lúcia Vânia propõe audiência sobre prostituição de brasileiras no exterior

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) propôs a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre o tráfico internacional de mulheres. Em pronunciamento, ela pediu o apoio dos líderes do governo para a proposta.

A parlamentar destacou reportagem publicada pelo diário goiano *O Popular*, segundo a qual eram procedentes de Goiás 11 das 40 brasileiras que viviam em regime escravo em Portugal.

– Esse índice confirma a situação já mostrada pelo jornal em 6 de julho, de que Portugal é nova rota da prostituição internacional – afirmou, acrescentando que as mulheres goianas predominam entre as prostitutas naquele país.

A senadora ressaltou que as péssimas condições de vida das brasileiras resgatadas foram destaque, nas últimas semanas, na imprensa europeia. Citou, entre as publicações que abordaram o tema, a edição europeia da revista *Time* e a re-

vista francesa *L'Express*.

Lúcia Vânia elogiou a campanha do governo brasileiro de combate ao tráfico de seres humanos. Ela lembrou que Goiás foi o primeiro estado onde a campanha foi lançada, em 11 de agosto último.

Agressões

A parlamentar pediu ainda a votação, na maior urgência possível, do projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que determina a notificação, a autoridades, das agressões ocorridas



Roosevelt Pinheiro

DENÚNCIA Segundo Lúcia Vânia, goianas são maioria entre prostitutas de Portugal

contra mulheres.

– Assim, o Senado Federal poderá contribuir com o fim da impunidade e do silêncio que cercam as agressões diárias que sofrem milhares de mulheres brasileiras – disse.

Manaus pode sofrer apagão, alerta Virgílio



Virgílio cobrou do governo solução para o problema

Manaus está sob a ameaça de sofrer colapso no fornecimento de energia porque a Eletrobrás não paga, há dez meses, a El Paso Energia, segundo o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). A Eletrobrás deve R\$ 90 milhões à empresa – a maior produtora independente de energia do Amazonas – e, conforme o senador, mantém postura irresponsável, que pode prejudicar 1,7 milhão de pessoas com um eventual apagão. Virgílio pediu à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, solução para o problema.

Como a Eletrobrás adiou a solução do problema para 12 de novembro, afirmou, Manaus pode entrar em colapso por falta de energia.

Jefferson diz que Eletrobrás não paga a empresa



Jefferson: El Paso fornece energia elétrica a Manaus

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que Manaus, uma das dez maiores cidades do país, sofre séria ameaça de falta de energia elétrica. A causa, explicou, é o débito, de R\$ 90 milhões, da

Eletrobrás com a empresa americana El Paso Energia, que fornece metade da energia consumida pela capital amazonense, que tem mais de 1,5 milhão de habitantes.

Pedindo a palavra como líder do PDT, o parlamentar afirmou que a empresa não recebe pagamento por seus serviços desde fevereiro. O motivo alegado pela empresa estatal é a existência de problemas contratuais.

– Contratos se discutem na Justiça. Primeiro se paga, depois se discute – afirmou.

Setor elétrico terá novas regras para calcular crédito

Projeto aprovado pela CCJ corrige falha na legislação, que está em vigor desde 1993

Com base em relatório do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que modifica a fórmula de aplicação do redutor sobre os saldos remanescentes que as concessionárias de energia elétrica mantêm nas Contas de Resultados a Compensar (CRC). Foram rejeitadas emendas apresentadas em Plenário pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

O projeto (PLC nº 16/03) corrige falha em legislação de 1993 que, por conta de veto presidencial, não permitiu que quatro concessionárias de energia elétrica (do Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Alagoas) compensassem, na mesma proporção que outras empre-



APOIO Pedro Simon (D) apresentou parecer favorável ao projeto, que trata também do acerto de contas de concessionárias com a União

sas do setor elétrico, seus créditos de CRC. A compensação foi definida para que houvesse acerto de contas das empresas com dívidas junto à União e ao Sistema Eletrobrás.

Em 1993 foi introduzido redutor de 25% sobre o total de créditos de CRC, que seria aplicado quando o saldo fosse utilizado. De acordo com Simon, as concessionárias cujas dívidas eram iguais ou menores que o saldo das CRC após a aplicação do redutor de 25% não sofreram impactos. Porém,

explica, concessionárias que tinham dívidas superiores ao saldo de CRC depois da aplicação do redutor foram prejudicadas porque não puderam compensar integralmente os créditos para abatimento das dívidas.

– O projeto mantém o cálculo original do redutor, a mesma base e o mesmo percentual, obtendo o mesmo montante de redução, mas determina que primeiro se façam as compensações permitidas por lei e só depois seja aplicado o redutor ao saldo remanescente.

Sérgio Guerra propõe mudanças na CMO

Ao analisar o papel do Congresso na elaboração do Orçamento da União, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu a reestruturação da Comissão Mista de Orçamento. É preciso, disse o parlamentar, que deputados e senadores analisem a qualidade dos projetos incluídos pelo governo nas peças orçamentárias.

Para isso, a comissão deverá mudar a dinâmica de funcionamento e, em vez de se reunir sazonalmente, trabalhar de forma permanente na análise de mérito dos programas governamentais. Conforme o senador, essa reforma deve ter por horizonte “algo na linha do orçamento impositivo”.

– É impensável continuarmos nessa fantasia na qual as receitas não se confirmam e os contingenciamentos se reproduzem. Esse é um fator de desequilíbrio, que pode permitir desvios que a sociedade não aceita.

Outro ponto a ser reestrutu-



RECURSOS Sérgio Guerra quer o fim do contingenciamento de verbas do orçamento

rado, assinalou, é o que torna os senadores, do ponto de vista do orçamento, “absolutamente insignificantes”.

– É inaceitável que em estados como São Paulo, 70 deputados resolvam as prioridades locais, de um lado, e três senadores representem o Senado, do outro lado – afirmou o senador. Ele defende que os senadores tenham o direito de emendar os projetos estruturantes de cada bancada com três sugestões.

Sérgio Guerra fez também balanço da participação do Congresso na elaboração do orçamento. Ele ressaltou a importância da resolução que implantou as formas pelas quais os parlamentares modificam o orçamento apresentado pelo Executivo: as emendas individuais, de bancada e regionais.

– As individuais consolidaram-se ao longo dos últimos dez anos como forma adequada de o Congresso contribuir com os municípios brasileiros, levando o governo federal a iniciativas que, não fosse a intervenção do Legislativo, não teriam como alcançar milhares de brasileiros esquecidos.

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), elogiou a consistência do pronunciamento. Para João Capiberibe (PSB-AP), é preferível contar com poucas verbas a planejar em cima de muito que não será liberado. O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) criticou a proposta irreal de orçamento.

Efraim: governo Lula financia países vizinhos

Ao afirmar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está financiando os países vizinhos, o líder do Bloco da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), rebateu declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que o governo anterior desestruturou o Estado ao levar a instituição financeira a financiar privatizações. O senador disse que o governo vem recorrendo frequentemente à estratégia de atribuir ao governo anterior os males que não consegue erradicar.

Conforme Efraim, o governo está financiando investimentos na Argentina, Venezuela, Bolívia e Cuba.



Efraim respondeu a críticas de José Dirceu

Suplicy pede urgência para empréstimo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou aos senadores, principalmente ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), para que aprovem o pedido de urgência para votação de empréstimo, junto ao

BNDES, à prefeitura de São Paulo já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Eduardo Suplicy lembrou que o requerimento de informações apresentado por Virgílio já foi respondido pelo presidente do banco, Carlos Lessa, e pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy, em audiência na CAE.

Arthur Virgílio quer informações sobre os riscos da operação financeira para as metas fiscais do governo e do Tesouro e para a própria prefeitura da cidade de São Paulo.



Suplicy solicitou apoio de todos os senadores